

Ata da Sexta Sessão Ordinária, do segundo ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezesseis de março de dois mil e dez, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Vice-Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Secretários Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Rubens das Virgens. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Airton Braulino Jorge para proferir o seguinte texto: Salmo 33(32): “Exultem ao Senhor, ó justos! Aos retos convém o louvor. Celebrem ao Senhor com cítara, toquem para ele a harpa de dez cordas. Cantem para ele um cântico novo, toquem com arte na hora da ovação! Pois a palavra do Senhor é reta, e sua obra toda é verdade. Ele ama a justiça e o direito, e o amor de Javé enche a terra. O céu foi feito com a palavra do Senhor, e seu exército com o sopro de sua boca. Ele represa num dique as águas do mar, coloca os oceanos em reservatórios. Que a terra inteira tema ao Senhor! Que o temam todos os habitantes do mundo! Porque ele diz e a coisa acontece, ele ordena e ela se afirma. O Senhor desfaz o plano das nações e frustra os projetos dos povos. O plano do Senhor permanece para sempre, os projetos do seu coração, de geração em geração. Feliz a nação cujo Deus é o Senhor, o povo que ele escolheu como herança. Do céu o Senhor contempla e vê todos os homens. De sua morada ele observa todos os habitantes da terra: ele formou o coração de cada um, e discerne todos os seus atos. O rei não se salva pelo exército numeroso, o valente não se livra pela sua grande força. Para salvar, o cavalo é ilusão, seu vigor todo não ajuda a escapar. O Senhor cuida daqueles que o temem, daqueles que esperam por seu amor, para livrar da morte a vida deles, e no tempo da fome fazê-los viver. Quanto a nós, esperamos pelo Senhor. Ele é o nosso auxílio e o nosso escudo. Nele se alegra o nosso coração, no seu Nome santo confiamos. O Senhor esteja sobre nós o teu amor, como está em ti a nossa esperança.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr.

Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em Votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa, e também foi assinada a ata da Sessão Solene de Instalação da Oitava Legislatura da Câmara Mirim e posse dos Vereadores Mirins, acontecida em quinze de março de dois mil e dez. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Projetos e das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 024/2010, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei Complementar nº 159/2010, que institui o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público Municipal, e dá outras providências, depois de lido, foi o mesmo encaminhado para as Comissões Permanentes para parecer; 2. Ofício SEGOV nº 112/2010, acusando o recebimento do Requerimento nº 007/2010 do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando ao Executivo Municipal informar qual o destino dado à verba de R\$ 500.000,00 enviada ao Município para a compra de um tomógrafo, quando foi enviada tal verba, e qual o prazo que ficará disponível; 3. Ofício SEGOV nº 113/2010, acusando o recebimento do Requerimento nº 008/2010 do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os motivos de ainda não terem sido afixados nos pontos de ônibus quadros informativos com os horários dos ônibus para bairro/centro e vice e versa, e não terem sido distribuídos panfletos em todo comércio com horários e itinerários, conforme definido em reunião; 4. Ofício SEGOV nº 114/2010, acusando o recebimento do Requerimento nº 009/2010 do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a empresa que vendeu as placas informativas colocadas ao longo da Avenida Marginal (Parque Linear) e qual o custo de cada placa; 5. Ofício SEGOV nº 0115/2010, acusando o recebimento das Indicações nºs: 055, 056, 071, 072 073/2010 do Sr. Rubens das Virgens; 057, 070/2010 do Sr. Airton Braulino Jorge; 058, 060/2010 da Sra. Karina Valéria Rodrigues; 059/2010 do Sr. Alfredo

Chiavegato Neto; 061, 062/2010 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 063, 064, 065, 066, 067/2010 do Sr. Edison Cardoso de Sá; 068, 069/2010 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama; 6. Ofício SEGOV nº 117/2010, dando resposta ao Requerimento nº 002/2010 do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informar qual o motivo da retirada dos bancos das praças, prédios públicos, jardins, etc e quando serão recolocados; 7. Ofício SEGOV nº 118/2010, dando resposta ao Requerimento nº 005/2010 do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informar por que a coleta de lixo domiciliar está sendo realizada com uma Perua Kombi e não com o caminhão, e por quanto tempo esse trabalho será realizado por tal veículo. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Projetos, lendo-se apenas as ementas: 1. De Lei da Mesa Diretora que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do art. 3º, da Lei nº 1.812, de 16 de junho de 2008; 2. De Lei da Mesa Diretora que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei nº 1.871/2009, que versa sobre o quadro de servidores da Câmara Municipal; 3. De Lei da Mesa Diretora que dispõe sobre concessão de abono único aos servidores Públicos Municipais da Câmara; 4. De Lei dos Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Karina Valéria Rodrigues que dispõe sobre a utilização de símbolos municipais e identificação de bens públicos e ações do Governo Municipal, e dá outras providências; 5. De Resolução do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que institui a “Medalha e o Diploma do Mérito Desportivo Cultural”, e dá outras providências, depois de lidos foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar porque foi lacrada a bica de água no estacionamento do Supermercado Bon-Netto; 2. Do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informar quando será providenciada a sinalização de solo (faixa contínua, etc), da Avenida Maranhão, no trecho entre a Caixa D’Água até a ponte do Rio Camanducaia, no Bairro de Guedes, entre outra questão; 3. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar qual o resultado final da sindicância que foi aberta, nessa Municipalidade, com o intuito de apurar as possíveis irregularidades com o Cartão Cidadão, outrossim, que seja agendada reunião com as Secretarias Municipais de Saúde e de Gestão Social, para avaliar os serviços prestados que envolvem o Cartão Cidadão; 4. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar se existe algum estudo no sentido de replantar as árvores de

pequeno porte, existentes na calçada que contorna o Parque dos Lagos e que se quebraram, umas por falta de manutenção, outras porque não vingaram, ou pelos fortes ventos. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal poda de duas árvores em frente a Igreja da Fé, na Rua João Voltan, esquina com Osvaldo Tonini, no Bairro Nova Jaguariúna; 2. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal a elaboração de uma Campanha Educativa junto aos moradores da Cidade, conscientizando sobre os entulhos, lixos e restos de construções que são jogados em terrenos baldios; 3. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal construção de uma área de estacionamento exclusiva para veículos, no terreno localizado atrás do Hospital Walter Ferrari (Rua Anésia Venturini Zani) para as pessoas que buscam atendimento hospitalar e Pronto Socorro, e demarcação de faixa de estacionamento exclusivo para motos na Rua Clemente H. Junior, trecho entre as Ruas Amazonas e Anésia Venturini Zani; 4. Do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal para que seja efetuada operação tapa buraco, na Rua Paulo Soares Hungria Júnior, no Bairro Cruzeiro do Sul; 5. Do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal para que sejam priorizados os cidadãos jaguariunenses, por meio do Cartão Cidadão, nas entradas no Teatro Municipal; 6. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal realizar operação tapa buraco na rotatória da Avenida Vincenzo Granguelli, altura das Chácaras Panorama; 7. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal sinalização aérea e de solo (placas e faixa para pedestres) na Avenida Antonio Pinto Catão entre a Rua Vincenzo Granguelli e Praça Holambra, nas proximidades da E.M. Prof. Joaquim Pires Sobrinho, no Bairro João Aldo Nassif; 8. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal colocação de rede de proteção em todas as portas e janelas que ficam expostas aos riscos de acidentes, existentes nas E.Ms. Dr. Franklin de Toledo Piza Filho, Cel. Amâncio Bueno e Prof. Joaquim Pires Sobrinho; 9. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal solucionar o problema dos cães soltos nas Ruas dos Bairros Colinas do Castelo e Nova Jaguariúna; 10. Do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal resolver o problema das irregularidades no asfalto da Rua Osvaldo Tonini, em frente da E.M. Profª Maria Tereza Piva, no Bairro Nova Jaguariúna; 11. Do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando ao Executivo Municipal para que os Postos de Saúde possam dispor, ao menos uma vez por semana, de médicos cardiovasculares, ortopedistas e outros

especialistas; 12. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal iluminação na área verde localizada na Rua Julia Calhau Rodrigues, próximo ao número 720, no Bairro Nova Jaguariúna. Moções: 1. Do Sr. Rubens das Virgens de Congratulações e Louvor ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, comemorado em 21 de março do corrente; 2. Dos Srs. Rainero Venturini, Airton Braulino Jorge e Rubens das Virgens de Congratulações e Louvor à Associação Santa Maria de Saúde, pelo Hospital de Jaguariúna “Walter Ferrari” estar no 21º lugar entre os 35 melhores Hospitais do Estado de São Paulo, e pelo trabalho de sua Administração em fazer as melhorias devidas; 3. Do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri de Repúdio ao Governador do Estado, bem como ao Sr. Paulo Renato de Souza – Secretário Estadual de Educação, por não abrir negociações com os professores da Rede Pública de Ensino, não atendendo dessa forma, às reivindicações ao Ensino Público, que tantos almejam e são necessárias; 4. Do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri de Congratulações e Louvor à todos os nossos atletas participantes do Jogos Regionais do Idoso (JORI), bem como aos organizadores desses jogos, na pessoa do Sr. Adelmo Alves Lindo – Secretário de Juventude, Esporte e Lazer de Jaguariúna; 5. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama de pesar pelo passamento da Sra. Augusta Tamborim Refundini, ocorrido em 8 de março do corrente, aos 88 anos de idade, nesta Cidade; 6. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama de pesar pelo passamento do Sr. Antonio Andrietti, ocorrido em 10 de março do corrente, aos 63 anos de idade, nesta Cidade; 7. Do Sr. Rainero Venturini de Congratulações e Louvor ao Senhor José Francisco Veiga – Secretário de Planejamento, pelos serviços prestados à frente daquela Secretaria, bem como pela forma de tratamento dispensado à todos que procuram aquele departamento; 8. Do Sr. Fábio Augusto Pina de Pesar pelo passamento do Sr. Rosalvo da Silva, ocorrido no último dia 12 de março, aos 60 anos de idade, nesta Cidade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 321834/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 224.426,32; 2. Comunicado nº 329018/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 5.375,52; 3. Comunicado nº 238644/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 8.735,24; 4. Comunicado nº 261188/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 709,34; 5. Comunicado nº 288016/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.075,00; 6. Comunicado nº

265493/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 709,34; 7. Comunicado nº 269937/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 709,34; 8. Comunicado nº 265831/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 709,34; 9. Ofício nº 26BPM/I-051/220/10 do Comandante do Segundo Pelotão de Polícia Militar de Jaguariúna - 1º Tenente PM Comandante Carlos Guilherme Cardoso dando resposta a Moção nº 019/2010 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e outros de Congratulações e Louvor aos Senhores: Cabo PM Edson Alexandre Cotrin e os Soldados PMs Paulo Cícero Ramalho, Antonio Cledson Barros Tavarez e Carlos Mascarenhas dos Santos, por terem sido homenageados como Policiais Militares de Destaque do mês de fevereiro, na Corporação da PM de Jaguariúna; 10. Ofício nº 065/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL dando resposta a Moção nº 142/2009 do Sr. Airton Braulino Jorge de repúdio à CPFL Energia, pela maneira como é feito o corte de energia, sem aviso prévio, prejudicando a rotina das pessoas, bem como das que necessitam de equipamentos ligados à rede elétrica; 11. Carta da Pastoral da Criança – Setor da Diocese de Amparo/SP, e das Paróquias Santa Maria e Sagrado Coração de Jesus, de Jaguariúna, dando resposta a Moção nº 005/2010 dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Rita de Cássia Siste Bergamasco e Outros de pesar pelo passamento da Sra. Dra. Zilda Arns Neumann, Coordenadora Internacional da Pastoral da Criança, ocorrido em 12 de janeiro do corrente, aos 75 anos, no terremoto do Haiti; 12. Balancete da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente a janeiro de 2010; 13. Balancete da Receita e Despesa da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente a janeiro de 2010; 14. Ofício SEGOV nº 149/2010, do Sr. Secretário de Governo, para encontro com a mídia onde haverá o lançamento do Programa de Revitalização do Centro, dia 17 de março de 2010, às 15:00 horas, no Gabinete do Prefeito. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: primeiramente, dos Srs. Rainero Venturini, Airton Braulino Jorge e Rubens das Virgens foi apresentado Requerimento, fundamentado no Art. 181, II do Regimento Interno, solicitando a retirada da Moção de autoria dos mesmos, de Congratulações e Louvor à Associação Santa Maria de Saúde, pelo Hospital de Jaguariúna “Walter Ferrari” estar no 21º lugar entre os 35 melhores Hospitais do Estado de São Paulo, e pelo trabalho de sua Administração em fazer as melhorias

devidas; para melhores estudos e adequação da redação da forma em que foi proposta a mesma; em discussão e votação o requerimento de retirada, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos e a Moção dos Srs. Rainero Venturini, Airton Braulino Jorge e Rubens das Virgens de Congratulações e Louvor à Associação Santa Maria de Saúde, pelo Hospital de Jaguariúna “Walter Ferrari” estar no 21º lugar entre os 35 melhores Hospitais do Estado de São Paulo, e pelo trabalho de sua Administração em fazer as melhorias devidas retirada da pauta; a seguir, foram votadas as seguintes proposituras: 1. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar porque foi lacrada a bica de água no estacionamento do Supermercado Bon-Netto, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informar quando será providenciada a sinalização de solo (faixa contínua, etc), da Avenida Maranhão, no trecho entre a Caixa D’Água até a ponte do Rio Camanducaia, no Bairro de Guedes, entre outra questão, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar qual o resultado final da sindicância que foi aberta, nessa Municipalidade, com o intuito de apurar as possíveis irregularidades com o Cartão Cidadão, outrossim, que seja agendada reunião com as Secretarias Municipais de Saúde e de Gestão Social, para avaliar os serviços prestados que envolvem o Cartão Cidadão, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar se existe algum estudo no sentido de replantar as árvores de pequeno porte, existentes na calçada que contorna o Parque dos Lagos e que se quebraram, umas por falta de manutenção, outras porque não vingaram, ou pelos fortes ventos, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Moção do Sr. Rubens das Virgens de Congratulações e Louvor ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, comemorado em 21 de março do corrente, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 6. Moção do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri de Repúdio ao Governador do Estado, bem como ao Sr. Paulo Renato de Souza – Secretário Estadual de Educação, por não abrir negociações com os professores da Rede Pública de Ensino, não atendendo dessa forma, às reivindicações ao Ensino Público, que tantos almejam e são necessárias, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de voto; 7. Moção do Sr. Antonio Maurício Cordeiro Hossri de Congratulações e Louvor à todos os nossos atletas participantes do Jogos

Regionais do Idoso (JORI), bem como aos organizadores desses jogos, na pessoa do Sr. Adelmo Alves Lindo – Secretário de Juventude, Esporte e Lazer de Jaguariúna, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção da Sra. Maria Nalva Vieira Gama de pesar pelo passamento da Sra. Augusta Tamborim Refundini, ocorrido em 8 de março do corrente, aos 88 anos de idade, nesta Cidade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 9. Moção da Sra. Maria Nalva Vieira Gama de pesar pelo passamento do Sr. Antonio Andrietti, ocorrido em 10 de março do corrente, aos 63 anos de idade, nesta Cidade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 10. Moção do Sr. Rainero Venturini de Congratulações e Louvor ao Senhor José Francisco Veiga – Secretário de Planejamento, pelos serviços prestados à frente daquela Secretaria, bem como pela forma de tratamento dispensado à todos que procuram aquele departamento, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 11. Moção do Sr. Fábio Augusto Pina de Pesar pelo passamento do Sr. Rosalvo da Silva, ocorrido no último dia 12 de março, aos 60 anos de idade, nesta Cidade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomou a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que cumprimentou a todos, em especial aos funcionários públicos presentes na Casa, aos Guardas Municipais, e que, primeiramente, queria falar sobre a posse da Câmara Mirim, no dia anterior, ocorrida na Casa, e que tinha sido um ato de civismo e democrático, onde diretores das Escolas Municipais, Estaduais da Cidade, Prefeito, Vereadores, Autoridades Municipais, tinham participado, dando posse aos Vereadores Mirins, que era um ato de civismo e democracia que despertava no jovem os interesses em participar da política tão desacreditada, hoje em dia, e a formação, também, desses jovens no cotidiano da Cidade; disse que as sessões dos Vereadores Mirins eram sempre nas últimas terças-feiras de cada mês; comentou que estava entrando com um projeto, naquele dia, na Casa, para leitura, que instituía a medalha e diploma do mérito esportivo cultural, e que era da forma como se ocorria o título de Cidadão Jaguariúnense; era instituído a medalha e o diploma de mérito desportivo e cultural, a ser concedidos, anualmente, pela Câmara de Jaguariúna às pessoas, entidades, cujos trabalhos e ações merecessem especial destaque na defesa e promoção do desporto e nas atividades culturais do Município; disse que todas as pessoas que se destacassem, usando o nome da Cidade, levando para fora, eles indicavam, os pares votavam, e

eles fariam uma sessão solene, entregando este diploma e esta medalha de mérito desportivo cultural; disse que todos aqueles contemplados, receberiam as medalhas, teriam os nomes e respectivos currículos inseridos em livro especial na Casa; disse que a entrega e a homenagem que se referia seria uma resolução, convocada especificamente para essa finalidade; certo de que tal propositura receberia a devida acolhida por parte dos Vereadores, haja visto o eminente interesse público, contava com o devido apoio para a instituição da Medalha e do Diploma do mérito desportivo e cultural, no âmbito das atividades da Câmara Municipal; disse que, também, naquele dia, entrava um projeto em votação, um projeto dele e da nobre Vereadora Karina, sobre o brasão ser obrigatório em todos os bens públicos municipais, móveis, imóveis, incluindo veículos, equipamentos urbanos, uniformes escolares e de servidores; alunos da rede oficial de ensino, sinalização de logradouros, placas, painéis, cartazes, sinalizadores, ou informativos de obras municipais, seriam identificados pelo brasão do Município, instituído pela Lei cento e trinta e quatro de dezoito de agosto de mil novecentos e sessenta, alterada pela Lei mil quinhentos e quarenta de vinte e nove de abril de dois mil e quatro; disse, ainda, que também tinha entrado com uma moção de repúdio, por ser professor do Estado, e a pedido de vários professores, colegas, ao qual acabar com esse mentira que estava sendo colocada na mídia, em todas as emissoras de TV, do que estava sendo, hoje, o ensino estadual; disse que hoje os professores para terem um aumento, eram obrigados a fazerem uma prova, e essa prova tinham que tirar uma nota, e tiravam esta nota máxima, somente vinte e cinco por cento desses professores seriam contemplados, os demais não teriam aumento; disse que os professores que não eram concursados eles eram obrigados a fazerem uma prova, todo final de ano e não contando tempo de serviço, se esse professor não atingisse a nota mínima, ele também ficava impedido de dar aula naquele ano; disse que andava acontecendo que alunos recém formados de faculdades, com idéias frescas aí, iam fazer essa prova e os professores, no dia a dia, na escola, praticamente, com seus afazeres, não acompanhavam, talvez, esta prova, o raciocínio de hoje, e que professor com vinte e oito, trinta anos, tinha colegas que estavam impedidos de darem aulas, naquele ano, porque não tinham ido bem naquela prova; disse que esse repúdio, e que tinham alguns tópicos, e que ele não iria prolongar muito, porque o Governo não recebia mais em audiência, seus ofícios nem sequer eram respondidos, o Governo, intencionalmente, vinha retardando a publicação das aposentadorias especiais; o PLC, se aprovado, representaria apenas meio por cento de reajuste em dois mil e dez, um por cento

em dois mil e onze, e dois por cento em dois mil e doze, o que era absolutamente irrisório; e que o processo de atribuição de classes e aulas de dois mil e dez, tinha sido uma catástrofe para a rede; disse que tinham barrado tantos professores, e que iria citar o caso de sua Escola “Anna Calvo”, a qual ele participava, dava aula, estava lá sem professor de Matemática, sem professor de Educação Artística, que não tinha professor, hoje, para dar aulas, e os alunos ficavam em aulas vagas; agradeceu a aprovação desse seu repúdio, pelo seus pares; disse também ter feito uma moção de congratulações pela participação da Melhor Idade de Jaguariúna nos jogos da Juventude; disse que participaram dos Jogos dos Idosos, e que iria passar algumas coisinhas para eles, e que os Jogos Regionais dos Idosos tinha sido em Pirassununga, ocorreu de três de março até sete de março, tinha tido trinta e um participantes daqui da Cidade, a idade variava de sessenta e oitenta e cinco anos, e que tinham sido trinta e um participantes e ali ele louvava a participação desses jovens senhores e senhoras que tinham participado desse campeonato representando a Cidade em Dança de Salão, em Dama, em Voleibol adaptado, Coreografia, Dominó, Malha, Bocha e Buraco; disse, que também tinha feito uma ressalva, e que eles votariam naquele dia, por isso a Casa cheia, sobre o aumento de cinco por cento do funcionalismo, naquele dia, o abono de cento e cinquenta reais, Plano de Carreira e o Plano Odontológico, que tinha sido oferecido para eles; disse que ela lógico que todos eles, pares, ali, tinham lutado pelo melhor para eles, mas o prazo se encerrava naquela sessão, daquele dia, e eles corriam, ali, o risco de poder prejudicá-lo, se caso aquele reajuste não fosse aprovado naquele dia; sabendo que aquele reajuste era do Prefeito, todos eles tinham feito o possível e o impossível de tentar melhorar isso para eles; disse de serem claros que os Vereadores tinham feito o possível e o impossível, e que a Cidade poderia dar mais, mas não cabia a eles, falar se iria ser quinze por cento, iria ser vinte, doze, e que eles faziam o papel deles, mas nem tudo conseguiam; disse que tinha feito um requerimento para a rua Maranhão, e que já estava na quinta indicação para a pintura daquelas faixas que iam até a ponte de Guedes, e até aquele dia não tinha tido uma resposta convincente em relação àquilo, e que não sabia se era do DER, se era da Prefeitura, e que naquele dia estava pedindo um requerimento para expor o que, realmente, ocorria, porque os riscos de acidentes, porque aquelas faixas, à noite, principalmente, eram escuras e que não tinha marcação, não tinha sinalização, e que mais uma vez pedia aquele requerimento; disse que também tinha feito uma indicação, sobre o uso da Cartão Cidadão para a entrada no Teatro para assistir às peças e outros eventos; disse entre outras coisas que o Teatro

estava tendo peças que estava tendo bastante fluxo de pessoas e filas e aglomerações, que poderiam ser evitadas, e que no sábado anterior tinha tido a peça “As Olivias Palitam” em comemoração ao Dia da Mulher, e precisou ter uma outra sessão extra, tamanho o número de pessoas que tinham ficado para fora; disse que se não fosse o bom senso daquelas atrizes poderia ter ocorrido um tumulto ali na entrada do Teatro; disse estar fazendo uma indicação para que fosse usado o Cartão Cidadão para o Munícipe retirar o ingresso com antecedência e divulgar: “Sessão lotada tal hora, vai ter outra sessão tal hora..” e beneficiar os Munícipes de Jaguariúna, e que vinha acontecendo que muitas pessoas das cidades vizinhas escutavam na mídia e vinham assistir, não que fosse proibido, mas achava que os munícipes tinham que ser um pouco mais privilegiados em relação ao uso do Cartão Cidadão, e ficava aí essa sua indicação, e um melhor estudo pelos pares; quando ele iria dizer que no dia seguinte teriam, o Sr. Presidente comunicou que seu prazo havia se esgotado; a seguir, tomou palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos, dizendo de aproveitar, naquele dia, para ali lembrá-los, que no dia anterior o País tinha sido lembrado pelos vinte e cinco anos da redemocratização da Nação; em mil novecentos e oitenta e cinco tinha sido um ano importante, que ali o Brasil começou o seu processo de redemocratização, possibilitando que hoje eles pudessem eleger os Presidentes da República, os quais esses Presidentes tinham sido Collor, Itamar, Fernando Henrique e por último Luis Inácio Lula da Silva; disse que uma das questões importantes desse processo que, principalmente, seu Partido do PCdoB, tinha aqui no Brasil, um grande apreço porque o Partido deles tinha sido um dos que mais tinham sofrido com a ditadura imposta pelos Generais, pelos Militares, a qual tinha ceifado a vida de muitas pessoas que se opuseram ao Regime Militar; disse que era uma data importantíssima para todos os democratas que zelavam pela democracia; a democracia era importante no País, ela tinha que ser cada vez mais enraizada, cada vez mais cuidada, porque era um bem precioso de todos eles; disse ainda de aproveitar aquele momento, e que iria ter um momento que todos eles iriam discutir ali a questão dos projetos, a qual tinha ali na pauta, o projeto de aumento dos servidores; disse que não iria se ater mais àquele assunto, porque o que ele já teve que dizer, a respeito disso, já tinha dito, e que tinha dito e não retirava nenhuma palavra daquilo que ele tinha dito; tinha dito que se os servidores quisessem mais, tinham que se mobilizar, e para isso eles tinham o Sindicato, e aí tinha que se mobilizar junto ao Sindicato; disse que o papel da Câmara, era um papel do qual ele compartilhava com a colocação do nobre Vereador, que ali não

cabia mais dizer se eles iriam votar contra ou votar a favor, ou muito menos pelo contrário; disse que a questão não era essa, porque se eles votassem ali, contra, não teria o aumento, se eles fizessem uma emenda era inconstitucional, era vício de iniciativa; o Legislativo não podia legislar em questões que diziam respeito à Receita do Município; não cabia ao Legislativo legislar sobre esse assunto; qualquer emenda que fosse aprovada sobre essa questão era passiva de veto, de ser nula de aplicação; disse que a eles, ali, e que a Casa estava cheia, naquele dia, esperando resultado, e que era óbvio que ali todos iriam votar sim, disse que esperava, achava, pelo menos era aquilo que todo mundo dizia no dia anterior que iria votar sim, porque não fosse sim, fosse não, todo mundo iria ficar sem aumento, os Vereadores ali não tinham o que fazer; disse que era uma coisa de explicar, porque as pessoas que estavam ali, funcionários públicos, o quais respeitavam enquanto, principalmente, enquanto sindicalista, o qual ele era, e que não negava as suas origens, e por não negá-las, era que ele tinha dito naquela sessão, que se os servidores precisassem de sua ajuda para lutar, que ele estaria junto, porque ele não as negava; disse que antes de ser Vereador, ele era sindicalista, com muita honra e com muito orgulho; disse que tinha muito orgulho de ser sindicalista, de sempre defender, há dezesseis anos, que iria fazer aquele ano, a sua categoria metalúrgica; comentou que já tinha levado muita bancada na porta de fábrica, iria levar, não negava ali suas origens, voltava a dizer, e que ali ficava a sua colocação, porque pensava que quando se queria alguma coisa tinha que conquistar na luta, e aí pensava que os servidores tinham que estar mobilizados junto com o Sindicato, porque o papel deles parava por ali; disse que era uma questão de explicar, e que podiam algumas pessoas falarem o contrário, e que já disse que ele pouco usava a tribuna, e pouco iria usar, e quando usasse queria falar aquilo que ele julgava, sentia necessário, agradando ou desagradando, porque o objetivo deles ali, principalmente, o dele, era falar a verdade, era colocar a verdade, e que tinha sido para isso que ele tinha sido eleito, e não devia nada para ninguém a não ser aos seus eleitores; agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo que concordava com a fala de seu nobre Colega Edison, apenas com uma ressalva que no dia cinco de outubro de dois mil e dez, eles sim respondiam pelos seus eleitores, e depois de eleitos eles respondiam pela Cidade inteira, porque quando eles se elegiam, logicamente, ela não vinha ali representar seus seiscentos e quarenta e dois eleitores, ela vinha representar os cinqüenta mil, ou quarenta mil habitantes da Cidade; disse que, realmente, existia uma diferença, e que uma coisa

eles tinham que dividir e deixar bem claro, naquele dia, naquela sessão, quem era contra e quem era a favor desse aumento; que eles votassem a favor para não prejudicar os funcionários, aí era outra questão, ou seja, uma coisa que eles achavam, se eles votassem contra naquele dia, o aumento iria ser de zero, nada, mas por causa de não querer prejudicar os eleitores, tinham que definir quem era a favor e quem era contra, e que ela achava que cinco por cento era uma porcaria, porque talvez cinco por cento para os caras que ganhavam oito mil reais fossem quatrocentos reais, quase um salário mínimo, mas cinco por cento para os caras do lixo que ganhavam mil, eram cinquenta reais; disse que uma coisa que eles iam votar a favor, e que ela iria votar a favor para não tirar pelo menos os cinquenta reais, mas isso não iria lhe fazer falar que ela era a favor daquele aumento, porque era a mesma coisa e que eles não podiam cortar gastos com suas tropas, e quando falava “tropas”, achava que os funcionários públicos eram o pulmão da Cidade, e se era para cortar, era para cortarem a gordura que tinham em outras instâncias da Prefeitura, porque se existisse uma pesquisa na Cidade, se era melhor gastar dez por cento, dar dez por cento de aumento e cancelar as festividades de Carnaval e companhia, achava que a população votaria para cancelar as festas e manter os funcionários melhor remunerados; disse que o que não podiam omitir, e que ela iria fazer isso naquela tribuna, era que ela era contra esse aumento, porque tinha outros lugares para cortar gordura, e eles estavam cortando nas suas tropas, e quem cortavam as tropas, na hora da guerra não iriam ter soldados para se defender; disse que não adiantava eles tentarem mostrar, e que ela não tinha uma posição cinza, ou ela era branco ou preto, e nessa ação ela era contra, e que só iria votar a favor para não prejudicar o povo, mas ela queria entender como, porque talvez fosse a maior aula de economia que eles pudessem aprender, como que um sujeito que ganhava mil reais, e o gás aumentou sete por cento, a água aumentou, os impostos aumentaram, o IPTU aumentou quatro e meio por cento, o pano aumentou sete por cento, e como o cara iria fazer para viver com quatro por cento, perguntou; disse que a questão era essa, e que sempre iria defender isso, e que não lhe viessem com essa estória que na cidade do lado, que na cidade do outro, os aumentos tinham sido “x”, porque eles eram uma cidade diferenciada, per capita eles eram o segundo orçamento do Estado, o mais rico deste País; disse que eles tinham que ter obrigação de sempre ter o melhor hospital, os melhores serviços, os melhores salários; disse que era muito complicado um dia como aquele; quando ela jogava era aquela coisa: quem iria chutar a última bola, ninguém queria, mas chegava na vida de um político, de um esportista, que tinha que ter um divisor de

águas; disse que ela como comunista, no seu partido, não podia concordar com cinco por cento a um funcionário de aumento, quando num país a inflação real já era quase quatro, e a verdadeira era quase dez; disse que achava e o que lhe incomodava era isso, por que não diminuía Secretarias para economizar, por que não cortavam os cargos grandes, por que ao invés de fazerem três shows no Carnaval, não tinham feito um, porque se alguém achava, porque ela não tinha nada contra o Carnaval, o seu problema, por sinal, era com o camarote da Bhrama, que ninguém lhe explicava até aquele momento, como foi; aí ela escutava que tinha vindo gente de outras cidades para o Carnaval de Jaguariúna, e que ninguém tinha vindo aqui porque gostava, vieram porque nas outras cidades não tinha tido nada, porque os outros Prefeitos tinham cortado gastos no Carnaval, então os caras vinham pra cá, porque se alguém viesse falar que o povo tinha vindo assistir o Carnaval em Jaguariúna porque gostava da Cidade era mentira, tinha vindo porque na cidade dele não tinha nada, e porque Jaguariúna tinha gastado mais de um milhão de reais no Carnaval; disse que achava que eles tinham que começar a pensar, e que voltava a falar do camarote da Bhrama, e que tinham assessores do senhor Prefeito no Plenário, já tinha feito requerimento, e que não sabia onde estava o camarote, se pagou, ou se não pagou; disse que dando resposta à belíssima entrevista que o superintendente do Hospital tinha dado neste fim de semana, que as críticas muitas vezes feitas ao Hospital tinham outros interesses, só se fosse o interesse do coveiro, e o cara quisesse vender caixão de morte, porque não via quem quisesse torcer contra o Hospital, eram interesses reais, concordava com o Dr. Airton em suas conversas, que o Hospital estava melhorando, e enaltecia o brilhante trabalho que a maioria dos funcionários faziam, porque via alguns funcionários que se destacavam e trabalhavam horas e horas nesse Hospital, mas deviam pensar, também, e deixar muito claro, que essa pesquisa se referia ao começo do ano passado, e que era a mesma coisa, eles precisavam destacar quando eles criticavam o Hospital, e que iria para eles, para não falar o nome de seus colegas, e que quando ela criticava o Hospital, não criticava funcionários que se matavam para fazer aquele Hospital, porque tinham lá funcionários que davam carona, que se esforçavam, e trabalhavam arduamente, e que ela defendia a má administração de seus recursos; finalizando, disse que esteve conversando com alguns nobres Vereadores, entre eles o Fred, e que iria apresentar na semana que viria, um projeto de lei onde qualquer entidade, onde se encaixava o Hospital, que tinha repasse maior de quinhentos mil reais teria que prestar contas a cada dois meses, e não esperar um ano, onde eles pudessem ver

essas contas, analisar essas contas, e ver onde os setenta mil reais por dia eram gastos; voltou a repetir que iriam votar a favor, achava que iria ser unânime, para não prejudicar os cinco por cento que os funcionários mereciam, mas queria deixar ali claro que sua posição era contra isso, e era aquele momento, já finalizando, disse ao Sr. Presidente, que se ficava entre a espada e a parede, porque se se votar contra, amanhã alguém da Prefeitura iria falar: “Vocês não têm aumento porque os Vereadores votaram contra!” Disse que tinham coisas que eram complicadas, mas que achava que se existisse um plano de carreira, existisse um plano odontológico, e que esperava que fosse cumprido, e no ano que viria, se mobilizar, como o nobre Vereador Edison falava, para que eles pudessem, com mais antecedência, começar a discutir um aumento muito maior; disse que dinheiro a Cidade tinha, era uma questão de optar: onde colocá-lo e onde não colocá-lo, e por enquanto essa responsabilidade era unicamente do Prefeito Municipal; desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra a Sra. Maria Nalva Vieira Gama que cumprimentou a todos, dizendo que a questão de reajuste para eles que eram sindicalistas era até complicado em falar porque era uma batalha constante, era uma briga constante, e achava que a maioria, quase todos, lhe conheciam, sabiam do trabalho que ela vinha desenvolvendo à frente do Sindicato dos Químicos de Jaguariúna, e essa batalha incluía o reajuste de salários e benefícios; disse que tinha tido duas reuniões com o Prefeito Gustavo, onde tinha solicitado o aumento acima dos cinco por cento, um abono maior e um convênio médico, mas infelizmente, eles pediam, solicitavam, reivindicavam, assim como eram as negociações com o patronal, quando os Sindicatos das Categorias privadas entravam em negociações; disse que iria votar a favor dos cinco por cento, na questão dos servidores públicos não ficarem sem o reajuste, mas não concordava com esse reajuste, até porque sempre buscavam melhorias dos trabalhos, e aí deixava uma reflexão para todos, e que achava que aí vinha um ano de eleição, mais uma vez, e achava que cada um deles tinha que saber avaliar em quem votar, pegar o nome de cada candidato, pesquisar, saber o que essa pessoa fez, esse candidato fez para o trabalhador, eles, os trabalhadores, que sofriam no dia a dia essas dificuldades, essas etapas da vida; disse que tinham que avaliar, tinham que ver nesse sentido, nem sempre os Vereadores tinham poder para estar impondo ou conquistando alguma coisa, e que o pedido deles tinha sido feito, suas reivindicações tinham sido feitas, e que achava que caberia aí agora ao Prefeito ver e ter a consciência de rever ou não essa questão; disse que achava difícil porque a postura dele tinha sido bem clara em relação ao reajuste; desejou boa noite a todos; a seguir, tomariam a palavra os Srs.

Rainero Venturini e Rubens das Virgens que a passaram; tomou a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que iria fazer um comentário a respeito da indicação que ele tinha feito a respeito de que se levasse especialistas aos Postos de Saúde da Cidade; disse que sabiam que o Centro de Especialidades era no Hospital, se dirigiu ao Presidente, e que era lá que ficam os especialistas, era lá que se dispunham dos exames, das suas necessidades, mas que entendia assim, não com a situação de pronto socorro, de urgência, mas um paciente ambulatorial e isso estava propondo para a Secretaria de Saúde que fizesse um estudo em cima disso, o paciente ambulatorial, e que iria citar ali, por exemplo, os que passavam por cardiologista, e se um cardiologista ao invés de fazer um ambulatório, pelo menos uma vez por semana no Hospital, fizesse, por exemplo no Posto da Doze, todo esse pessoal que tinha dificuldades, que eram pacientes idosos, tinham dificuldades de se deslocar até o Hospital, todo mundo que morava ali na região da Doze poderia passar no Postinho e assim em outros Postinhos, com outras especialidades, também; disse que ficava aí como uma sugestão, e que gostaria que o pessoal da Secretaria de Saúde, fizesse um estudo em cima disso, para ver se era viável; disse que a proposta ele fazia de início achava que era uma proposta plausível, mas que ficava no aguardo do pessoal da Secretaria de Saúde para ver se isso seria interessante, e que ele pelo menos achava que para a população seria interessante, facilitaria bastante e desafogaria, também, um pouquinho o ambulatório do Hospital; disse que compactuava com o Mauricinho com relação aos professores; e que achava que se pegasse professores com quase trinta anos de carreira e com todo esse serviço prestado à Comunidade, se quisesse que ele fosse avaliado em cima de uma prova, ficava totalmente inviável, porque isso tinha acontecido com ele, inclusive, quando passou a existir a ASAMAS: “Ah! Vamos fazer concurso para escolher os médicos. Vai ser uma prova.” Então, todos aqueles médicos que tinham anos e anos de dedicação, que já eram conhecidos do paciente estariam em condições de igualdade com o residente recém saído da residência, que ele era treinado, diuturnamente, para responder provas; disse que era evidente que quem estava saindo da Faculdade, quem estava saindo da residência, se colocasse para fazer uma prova escrita junto com um médico, um professor de muitos anos de dedicação, ele iria levar vantagem, e que a prova não deveria ser só escrita, mas deveria ser prova prática, só que sabiam que isso... Disse que no Hospital tinha sido revista esta situação e aqueles médicos que prestavam serviços já há bastante tempo puderam ingressar na OS sem precisar, e que outros também tinham sido bem vindos, mas achava que deveriam,

considerava isso um direito adquirido; com relação ao salário dos funcionários, achava que todos os seus nobres colegas, que tinham lhes antecedido, eles tinham sido bem claros no posicionamento; disse que podia garantir a eles que não era postura de nenhum daqueles Vereadores que ali estavam, e que estava falando em nome dos nove Vereadores: todos, sem exceção gostariam de estar ali, naquele dia, e falando que eles tinham conseguido um aumento de dez por cento, de quinze por cento, para eles, mas não tinha sido isso, e quando se sentava numa mesa de negociação eles tinham que ser transigentes, do tipo, não se conseguia aumento em dinheiro, então dava-se outro benefício, e tinha sido isso que os Vereadores, em reunião com o Prefeito, tinham feito, tinham tentado buscar outros benefícios; nessa reunião estava única e exclusivamente o Prefeito e os Vereadores, e que não tinham técnicos, não tinham burocratas, não tinham Secretários, não tinham assessores, não tinha ninguém, era uma reunião única e exclusivamente entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo; disse que conseguiram algumas coisas, mas achava que dessa vez nem eles tinham saído satisfeitos com o resultado das negociações, mas que queria testemunhar o empenho de cada um dos Vereadores em brigar por este aumento e brigar por melhores condições; por exemplo, o pessoal da Guarda na semana anterior, esteve na Casa e trouxe uma reivindicação para os Vereadores, e que eles conseguiram ir até lá negociar, e conseguiram aquilo que o pessoal da Guarda estava querendo; disse ao Presidente, que para eles, era uma satisfação chegar na Casa e falar das coisas boas que eles conseguiam, mas nem sempre numa mesa de negociação, se conseguia aquilo que se tinha de expectativa, e que se tinha que abrir mão de um lado para tentar ganhar de outro; enfim, disse que achava que já tinha ficado claro para todo mundo o posicionamento dos Vereadores; disse que até politicamente para eles seria muito mais interessante eles chegarem ali e dizerem: “Olha! Conseguimos os quinze por cento, os vinte por cento!” Todo mundo iria bater palma e ao passo que se eles chegassem dizendo que não tinham conseguido mais do que cinco por cento, conseguiram outros benefícios, mas não tinham conseguido mais do que cinco por cento, sabia que iria ficar um fundinho de insatisfação, de sabia lá, esperava-se mais da Câmara, mas como já tinha sido bem dito ali, o Vereador tinha o limite dele, ele não ultrapassava esse limite; disse terem deixado claro na reunião com o Prefeito, que no ano que viria queriam estar de novo naquela mesa de negociação, quando o Sindicato se reunisse com o Executivo, e que neste ano eles não tinha estado nesta ocasião, em outros anos tinham estado; no ano que viria gostariam de estar; disse que se o Sindicato, se os funcionários entendessem que a presença dos

Vereadores era importante, eles estariam à disposição, para ir no ano que viria, de novo, com eles; só para concluir, disse ao Presidente, que ele, o nobre Vereador Renê, o nobre Vereador Pastor Rubens, tinham entrado com uma moção parabenizando o Hospital pela brilhante colocação que teve no Provão, onde tinham sido avaliados seiscentos e trinta instituições de saúde de todo o Estado de São Paulo, e Jaguariúna tinha ficado em vigésimo primeiro, aliás, de toda a Região Metropolitana de Campinas, o Hospital de Jaguariúna tinha sido o primeiro colocado, ficando à frente, inclusive, de hospitais como o Hospital da Unicamp, Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo, que sabiam que era um outro mundo, só que na Moção deles, eles tinham cometido uma injustiça, disse ao Presidente, que eles tinham deixado de citar os trabalhadores do Hospital, então, por conta disso, ele, o Renê e o Pastor, acharam melhor retirar essa moção desta Sessão, e tornar aquela Moção mais justa, citando, também, todos os funcionários do Hospital, que como a Karina bem tinha dito ali, tinham muita gente ali que vestia a camisa e que suava a camisa e, certamente, se o Hospital tinha conseguido aquela classificação, eles deviam a cada um de todos os funcionários, dos médicos, dos administradores, enfim, todos tinham remado na mesma direção para que isso pudesse acontecer; disse que estariam revendo essa moção, disse ao Presidente, e apresentando num momento oportuno; disse ser o que tinha a dizer, desejou boa noite e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, em especial ao ex Vereador e Presidente do Partido, Sérgio Bergamasco, Aninha Verdi, ex Vereadora da Casa, e que gostaria de parabenizar ao Doutor Airton, Renê e o Pastor Rubens pela sensibilidade de ter tirado a moção e, que, realmente, tinham pedido a sensibilidade dos mesmos para que, realmente, deixassem a discussão para um momento mais oportuno, no próximo mês de abril, e achava que eles tinham se sensibilizado com isso, e então queria agradecer a forma democrática com que eles tinham lhes ouvido; disse que gostaria de dizer alguma coisa a respeito, e que iria ser apresentado no dia seguinte um projeto, e inclusive era uma apresentação à mídia de um projeto da reforma da Praça Central, e que achava que era isso que tinha sido encaminhado através da Revitalização da Praça, e pelo que ele estava sabendo iria ser refeita a Praça, a informação que lhe disseram, porque tinha tido uma reunião na Associação Comercial; disse que seu modo de ver e voltava a dizer, não era prioridade, na sua concepção, mexer numa praça ou quebrar aquilo que, por enquanto ainda estava dando resultado, enfim, sabiam dos anseios do Renê em ter uma praça no Vargeão, uma praça no Imperial, que não estava pronta ainda, uma praça no Dona Irma, o Parque dos Lagos número

quatro, e a turma ia mexer na Praça da Matriz que estava ali atendendo, se a contento ou não, mas estava pronta, urbanizada, estava servindo à população que ali andava tranquilamente; disse que mexer na praça agora, em detrimento de todas as praças que eram necessárias, era uma questão de prioridade, e que achava, tinha sua opinião com relação a isso, não comunhava com isso, pois achava que ali iria atender a poucos, e sabiam que tinham muitas pessoas aí que almejavam por este benefício, que iria trazer uma qualidade de vida melhor a alguns bairros, que necessitavam tanto e tanto; e falando, também, que não podia se esquecer, realmente, da Praça do Vargeão, que escutavam isso aí há anos e anos e anos e anos; disse que gostaria de dizer, que já que iria apresentar este projeto à mídia, que se refletisse, não comessem a fazer a mesma coisa que estavam fazendo no Parque Linear, quebrar calçada onde já tinha calçadas, pra simplesmente refazê-las, e que se pegasse a extensão da Maranhão, da própria avenida Marginal, muitos trechos não tinham calçada, e eles iam quebrar aquilo que já tinha para tentar fazer a mesma coisa, no mesmo lugar, e era uma questão que não dava para entender; com todo o recurso que cada Secretaria tinha, achava que tinham que rever essa questão de prioridades, e que não podiam investir mais uma vez, em reformar uma coisa que não precisava ser reformada, agora, na sua concepção; disse que iria fazer de tudo para comparecer lá para conhecer aquele projeto da Praça, e voltava a dizer, que ia contra tudo aquilo que ele pensava e achava que eles tinham de prioridades para outros bairros que necessitavam muito mais de que alguns poucos comerciantes que, possivelmente, inclusive ele estava na frente da Praça e achava que não havia necessidade de se fazer um movimento ali, e que achava que deveria ampliar sim a área central, ampliar as quadras, e não só reativar aquele setor, e que achava que tinham que aumentar para dar oportunidade a outras pessoas que queriam ter seu comércio, enfim, que ele fosse valorizado, disse que estava ali seu repúdio com relação àquela obra, que não sabia o vulto que tinha; disse que gostaria, também, de trazer na Casa, um clamor de um cidadão que tinha tido uma notificação por parte da Prefeitura, ele tinha sido obrigado a limpar o seu terreno, e que obrigado, não, estava no Código de Obras, e no Código de Postura, que fosse feita a limpeza por parte do cidadão que deixava o terreno sujo, conseqüentemente não só cresceu o mato, mas também tinham os vizinhos que de uma forma equivocada, e que vinham falando que tinha que se fazer uma campanha de conscientização, e que jogavam o lixo no terreno baldio; disse que essa pessoa tinha sido notificada, a limpar o terreno, isso no Florianópolis, e, conseqüentemente fazer o muro em trinta dias; disse que, antigamente, não se

fazia isso; se fazia a limpeza do terreno, se ia ser cobrado ou não, era um direito da Prefeitura cobrar, mas antigamente se fazia isso, se limpava o terreno, e perguntou por que hoje não se limpava? “Ah! Hoje, a cidade não tem tanto recurso como tinha antigamente, que já não era tão rica como era antigamente.” Voltou a falar que o valor do Orçamento da Cidade do ano anterior, tinha sido maior que o orçamento de dois mil e oito, e assim estava sendo sucessivamente; achavam que não iria arrecadar aquilo que iria arrecadar e passaram aquilo que arrecadaram em dois mil e oito; disse que o crescimento do Município vinha sendo gradual, dando para resolver os seus problemas; disse que não se podia culpar um cidadão que não limpava o seu terreno, simplesmente o notificando, ou se notificava todo mundo que estava com problema, ou não se notificava ninguém; ou se tomava uma atitude com todo mundo, ou não se tomava com ninguém; disse achar que era essa prioridade que tinha que ser visto com esta questão da limpeza pública; disse que se fazia, perguntou por que não se fazia hoje? Disse que a limpeza tinha que ter, e voltou a dizer que o problema do morador, se ele fechasse o seu terreno com muro e não tinha mais o acesso lá dentro por parte do Poder Público, ou de qualquer um, se alguém começasse a jogar lixo lá dentro, ninguém iria ver, o mato iria crescer, ele iria ter que limpar conseqüentemente, mas as conseqüências disso iria ser uma água depositava indevidamente, criatório de Dengue, e que sabiam o que era a dificuldade de uma pessoa entrar num terreno, tinha que ter autorização judicial, era complicadíssimo, e tendo o terreno aberto era só fazer a limpeza, e que o Município tinha recursos para que isso ocorresse, para fazer isso, e que tinha certeza que se fazendo como era feito antigamente, não se iria ter esse problema; ou fizesse para um, ou fizesse para todo mundo, e achava que era isso que tinham que levar em mente, e não, realmente, fazer as coisas diferenciadas; disse que estava com a notificação lá para quem quisesse saber, e achava isso de uma pura injustiça, passar uma responsabilidade para um único morador, sendo que o mesmo não se encontrava no local para poder ver o seu terreno; disse que mandou limpar, ia murar, com toda a dificuldade que tinha, pediu o prazo de seis meses para fazer o muro, ia fazer e que ele achava que, realmente, era a maneira correta e ele também, comunhava com isso, mas voltou a dizer por que se fazia antigamente não se fazia, se fazia agora, e que essa era a sua indignação; a seguir, parabenizou ao Mauricinho e à Karina pelo projeto do Brasão, e que achava que não haveria necessidade nem de lei, o Brasão do Município tinha que ser estampado na cara de todo mundo e não a marca de um Governo, isso não precisava estar numa lei, e que, infelizmente, tinham que por numa lei, e que iriam contar com seu apoio, com

certeza, mas tinham que preservar o que era, realmente, a origem do Município, e que hoje estavam vendo a imagem e não estava vendo aquilo que, realmente, tinha que ter em todos os próprios públicos, que era o Brasão do Município estampado, isso porque se se mudasse governo, tirava-se brasão, tirava-se marca, tirava-se tudo aquilo que era, e era custo, era custo para eles contribuintes mesmo que estavam ali tentando fazer com que os recursos pudessem surgir em outras áreas; disse esperar que a lei, ela era oportuna, e que fosse empregada por parte da Administração e que todas, não era só essa, mas toda ação que havia de vir pudesse seguir isso e que, realmente, tivesse ali a estampa de Jaguariúna, do Município que, realmente, era o que tinha que estar estampado em todos os próprios públicos; disse que gostaria, também de comentar, com relação ao aumento de servidor, e que tinha sido dito por demais ali pelos Vereadores que tinham lhe antecedido dessa questão, e que iriam ter o momento da discussão do projeto dali a pouco, e sabia o quanto tinha sido, principalmente, para o Edison e para a Nalva poderem estar ali votando aquele projeto, e que falava isso porque durante doze anos tinha estado ali à frente do Executivo discutindo o aumento de servidor, levando cacetada pra caramba, pelo contrário, naquela época ainda tinham demagogos, que vinham na Casa e falavam assim: “O Prefeito mandou cinco, eu faço uma emenda...” disse que o Sérgio se lembrava disso, “...apresentando dez por cento de aumento.” Aí, eles tinham que votar contra a emenda que tinha sido apresentada por eles, Vereadores, e que tinha certeza que se a emenda fosse apresentada naquele dia, tinha aprovação unânime deles Vereadores, mas a consciência desta Câmara, no zelo com o patrimônio público, falou mais alto; realmente, a responsabilidade deles, naquele momento, era importante; pediu a eles que pensassem, e que tinha muitos funcionários que há muitos anos tiveram na Casa e acompanharam essa discussão, e que ele podia ser muito demagogo ou hipócrita e vir ali propor isso, porque ele estava hoje numa situação de oposição, enfim, oposição ao Governo e não ao Município, então, só queria deixar que seria muito fácil de sua parte vir ali e apresentar uma emenda de dez por cento, quinze, que iria deixar todo mundo contente, e que tinha certeza que seria aprovado, porque a grande maioria ali não concordava, e que sabia, e que estava falando isso porque sabia da briga que eles tinham tido junto ao Executivo para tentar aumentar esse recurso aos funcionários, mas não tinha sido possível; não foi possível, foram apresentados números e situações, enfim, e cabia, realmente, a eles, ali, aceitar ou não o projeto que tinha sido encaminhado, e que não cabia emenda, e que, antigamente, eles tinham que votar contra uma emenda

que tinha sido apresentada, e que a turma ficava brava com eles porque eles não queria dar dez por cento, que um Vereador tinha proposto como aumento, e que não podia; disse que era bom como o mundo dava voltas para que, realmente, pudessem ter vindo ali e falar: “Olha, gente! Tá vendo..” o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que seu tempo havia se esgotado, e o mesmo agradeceu. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Primeiramente, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini, Airton Braulino Jorge, Maria Nalva Vieira Gama, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Rubens das Virgens foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei da Mesa Diretora que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do art. 3º, da Lei nº 1.812, de 16 de junho de 2008, lido naquela sessão, fosse apreciado em Única Discussão. Em discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Edison Cardoso de Sá como relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Terminado o prazo concedido, foi reaberta a Sessão, e o Sr. Presidente determinou a leitura do Projeto de Lei e do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 013/2010, da Mesa Diretora que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do art. 3º, da Lei nº 1.812, de 16 de junho de 2008 (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º, do R.I.) Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini, Airton Braulino Jorge, Maria Nalva Vieira Gama, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Rubens das Virgens foi apresentado Requerimento de Urgência Especial

para que o Projeto de Lei da Mesa Diretora que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei nº 1.871/2009, que versa sobre o quadro de servidores da Câmara Municipal, lido naquela sessão, fosse apreciado em Única Discussão. Em discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Airton Braulino Jorge como relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Terminado o prazo concedido o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a leitura do Projeto de Lei e do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 014/2010, da Mesa da Câmara, que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei nº 1.871/2009, que versa sobre o quadro de servidores da Câmara Municipal. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” ,§ 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini, Airton Braulino Jorge, Maria Nalva Vieira Gama, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Rubens das Virgens foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei da Mesa Diretora que dispõe sobre concessão de abono único aos servidores Públicos Municipais da Câmara, lido naquela sessão, fosse apreciado em Única Discussão; em discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri como relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a Leitura do Projeto de Lei e do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 015/2010, da Mesa Diretora que dispõe sobre concessão de abono único aos servidores Públicos Municipais da Câmara. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” ,§ 1º, do R.I.) Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini, Airton Braulino Jorge, Maria Nalva Vieira Gama, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Rubens das Virgens foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei dos Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Karina Valéria Rodrigues que dispõe sobre a utilização de símbolos municipais e identificação de bens públicos e ações do Governo Municipal, e dá outras providências, lido naquela sessão, fosse apreciado em Única Discussão; em

discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto como relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a leitura do Projeto de Lei e do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 016/2010, dos Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Karina Valéria Rodrigues que dispõe sobre a utilização de símbolos municipais e identificação de bens públicos e ações do Governo Municipal, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a”, § 1º, do R.I.) Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 011/2010 do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre concessão de abono único aos servidores públicos municipais da Prefeitura. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 012/2010 do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei nº 1.963/2010, que versa sobre o quadro de servidores da Prefeitura. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que, depois de cumprimentar a todos, disse que só gostaria de falar no momento oportuno que era na discussão do projeto de aumento dos servidores, que era na proporção de cinco por cento e tecer o seguinte comentário, que muito tinha sido ventilado lá que a Câmara Municipal não tinha poder, e isso ela não tinha mesmo para poder para majorar além do que tinha sido proposto pelo Executivo, e aquilo era sabido por todos eles, mas ele gostaria de ressaltar que eles tinham um momento para poder discutir aquilo, e ia falar mais uma vez ao Sindicato, que era na inauguração do Orçamento, no Orçamento sim, se tinha alguma coisa que eles não poderiam mexer era com os vencimentos e salários e com obrigações patronais que tinha no Orçamento, então eles poderiam naquele momento majorar, não poderiam retirar, mas poderiam majorar, e ao mesmo tempo limitar o poder do Prefeito em remanejar as verbas que lá eram destinadas, então havia um momento de discutirem isso futuramente, e

ia como exemplo para discutirem isso, uma forma onde a Câmara pudesse participar mais efetivamente, que era na inauguração do Orçamento de dois mil e onze; disse que ele gostaria lá de deixar claro aquela questão e voltar a dizer que esforços foram feitos, e muito, para tentar aumentar aquele valor proposto à classe dos servidores públicos, e que gostaria também de deixar o seu testemunho com relação ao colega Edson e à colega Nalva que queriam votar contrários ao projeto de lei e ele tinha sido uma das pessoas que, a Nalva tinha falado num momento de discussão da Comissão, que eles não queriam e ele disse que naquele momento ele achava que todos tinham de votar favoráveis por uma questão de entender o que era o correto, mas eles queriam votar contra em virtude de serem solidários à classe, e que ele teve, no momento oportuno, de falar ou eles votavam todos, ou numa questão daquela eles não poderiam impor a responsabilidade somente para um, e ele disse que também gostaria muito de votar contrário, mas enfim, votando contrário isso os servidores não teriam nada; disse que eles tinham de discutir, ele achava que a conduta, houve um espaço relativamente bom para eles tentarem impor, enfim, não chegaram aquilo que eles gostariam, mas ele tinha a certeza de que o valor lá, aquilo que o Município poderia dar em contrapartida à prestação de serviços que os servidores faziam a ela, e disse que esforços foram muitos e pediu à classe que não fosse só o pulmão como a Karina tinha dito, mas que fosse a espinha dorsal do Município, porque se a classe dos servidores não adiantava, porque o Prefeito estava sozinho, os Vereadores lá falando, falando, se não tinha quem executasse, e graças à eles que o Município era o que era naquele momento, ele achava que ele tinha uma consciência de estar olhando ao redor, sim, abrindo a questão do que recebia, do que percebia os funcionários da Região, para poder dar um parâmetro melhor à eles, e ele achava que aquilo tinha se atendido, então, enfim, ele achava que aquilo que o Governo tinha proposto era aquilo que, realmente, estava dentro da possibilidade que ele poderia proporcionar, mas, que não era o sonho de nenhum lá, ele poderia ter a certeza de que não foi, porque eles gostariam que fosse mais, mas as prioridades foram outras, e ele achava que numa discussão futura do próximo Orçamento, aí sim, eles poderiam propor aquilo e amarrar num aumento real, daquilo que o Prefeito poderia remanejar e mexer, então eles garantiam o aumento dos servidores, sem contar que o aumento para este ano tinha sido na ordem de oito por cento, então poderiam ter tido um ganho maior, mas infelizmente não foi possível; a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá, que depois de cumprimentar os presentes disse que ali não era para levantar polêmica, mas aquela questão já por si só já era uma polêmica, mas ele

pensava que a negociação feita com o Sindicato e os Servidores, foi no conjunto da obra, era uma proposta boa, porque pegava o aumento, tinha o convênio dentário, não era uma coisa ruim porque tinha o convênio dentário, o ruim estava na porcentagem do aumento, a porcentagem que era um problema, porque se fosse olhar um convênio hoje, o qual ele ficou sabendo que parecia que iria ter para os servidores, ele não sabia que patamar era aquilo, o convênio dentário, hoje, era caríssimo, se fosse estendido para a família, ele não sabia qual o cálculo que tinha sido feito, se era mais barato dar um aumento, do que ter um convênio médico; e a questão do aumento, ele pensava o seguinte, que ele que falou várias vezes lá, ele e a Nalva, ele conversou com o Gustavo várias vezes, ele cobrou dele inclusive, disse ao Vereador, que ele achava que aquele era baixo e continuava achando ainda que aquele aumento ele era muito irrisório, que poderia dar um pouco mais daquilo que estava sendo oferecido, tinha aumentado algumas coisas, mas aquém daquilo que poderia ser; disse que achava o seguinte, que não era questão nem de achar, a questão era fato, que na conversa que eles tiveram de Comissão, que eles colocaram que eles iriam votar contra, porque ficava para eles, na condição de sindicalistas, difícil de votar uma questão daquela, porque o papel dele era defender o trabalhador, então, que era uma questão, um ponto de vista de como se posicionar diante de uma situação complicada como aquela, para eles era uma situação completamente delicada, era uma situação indigesta, ter de votar uma coisa que no seu ponto de vista poderia se discutir uma porcentagem melhor; disse que na Motorola, por exemplo, eles tinham pego oito ponto quarenta e três por cento de aumento, achava que não poderia dar doze, dezessete, cinco era muito pouco, mas poderia chegar nos oito por cento, ele pensava que alguma coisa parecida, ele achava que isso todos os funcionários seriam lá um pouco melhor contemplados, então aquela era uma explicação, não era o sentimento de votar contra, era como já tinha dito, que votar contra eles estariam sendo contra os servidores, e não era ser contra os cinco por cento, era ser contra aquela porcentagem que era pouco, no seu ponto de vista poderia ser um pouco melhor, mas a sua situação enquanto Vereador era uma situação de aprovar, era um negócio que queria deixar claro que ficava meio entalada aquela questão, mas o seu papel, ele estava fazendo no melhor, ele achava que eles cobravam, estiveram lá cobrando individualmente, coletivamente, cobraram que queriam mais, e que tinha saído aquilo porque eles estiveram cobrando, porque se não tivesse a cobrança, não chegaria nem a cinco por cento, não teriam o abono de cento e cinquenta, não teriam a questão do convênio dentário que iria ter, e se no próximo

ano, ele chagasse lá, e tivesse aquela política de estrutura de cargos e salários, que ele achava aquilo uma boa, era importante, ajudava a resolver em muito, desde que também não tivesse perca, que achava que eles não poderiam entrar numa discussão de perder, ele achava que quando iam fazer uma mudança, uma reforma tinha de fazer para melhorar, se fosse para piorar então que ficasse no que estava, porque aquela situação ficaria complicado para todos eles, então era um pouco daquele esclarecimento que ele queria fazer para ficar bem claro a sua situação, que para ele não era fácil, para todos lá não estava sendo fácil, então para ele e para a Nalva que eram sindicalistas, que estavam na porta de fábrica, fazendo o papel deles, era pior ainda, porque o papel deles era sempre defender que o trabalhador ganhasse mais, cinco por cento ele achava que era difícil, muito complicado; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues, que depois dos cumprimentos, disse ao Sr. Presidente que talvez a inteligência dela não a permitisse entender alguma coisa, se na Motorola não tinha dentista era óbvio que o aditivo dentista, o plano dentário era importante, mas ela entendia assim: que se falavam com todas as Secretarias e a de Saúde funcionava muito bem, se supunha que o dentista da Prefeitura estava funcionando bem, e o por que de contratar um sistema dentário para funcionários? Disse que ela não percebia a necessidade, ela achava que era um ganho que não era real, porque se os funcionários públicos eram do Município, eles já tinham um tratamento dentário, e não precisaria contratar um convênio odontológico, porque o sistema dentário estaria funcionando mau, era para pensar, e que talvez ela não conseguisse entender, mas se tinham consultório dentário e sempre funcionou, por que não se contratava mais dentistas concursados? Disse que achava que naquele ponto o plano dentário não tinha sido um ganho, porque já era um direito que os trabalhadores tinham na cidade, porque se os munícipes na cidade tinha direito a tratar seus dentes, então naquele plano ela, realmente, não via muito sentido, e voltava a repetir que ela não enxergava como um ganho para os trabalhadores; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que gostaria de pedir desculpas ao Edison se ele falou de uma forma equivocada do seu posicionamento naquele momento da reunião, mas ele tinha explanado bem a sua situação e foi aquilo que ele gostaria de passar, o seu posicionamento de votar contrário, ainda mais eles dois que estavam envolvidos com a classe e eles sabiam que eles estavam sendo pressionados para que os benefícios fossem maiores; disse que gostaria de deixar para eles discutirem que iria ser proposto, e foi feito um acordo para o próximo ano, no Plano de Carreira, que a Prefeitura iria estudar e encaminhar para o

Legislativo para discutirem e aprovarem com a discussão junto aos servidores públicos, e ele só gostaria de dizer e teve a oportunidade de ressaltar aquilo na reunião com o Prefeito que eles tinham hoje um Plano de Carreira e um adicional por tempo de serviço que a cada cinco anos dava ao servidor público, o direito a ter dez por cento de aumento no seu salário, e ele deixou claro que aquilo era linear para todo mundo, não importando que cargo ele exercesse, e o que tinha sido falado, proposto, talvez que aquela valorização por tempo de carreira fosse feito pelo chefe que em detrimento de ter os seus subordinados, valorizar aquele que mais se destacava, então ele levantou a sua preocupação de se perder aquilo, aquilo para eles, estava no holerith de todos, a promoção de carreira e o adicional de mais cinco por cento por tempo de serviço, então, de se perder aquilo e dar condição para o chefe decidir aquele que, realmente, merecia por trabalho executado, ou seja, iria perder aquele que de uma forma ou outra não conseguisse se expressar ou tinha uma dificuldade de estar mais junto com o chefe, disse que era bom ter aquilo, não ia falar não que não era bom ter aquela valorização, enfim, talvez, mas eles não poderiam perder aquilo que eles já tinham, e o Edison mesmo tinha falado que já tinham aquela promoção de carreira e adicional por tempo de serviço e aquilo que viesse a mais de benefícios ele achava que a Câmara, realmente, estaria em comum acordo para que tivessem aqueles benefícios; disse que levantava aquela questão para o Sindicato, para ficarem atentos, para não estar na mão de uma única pessoa para decidir quem merecia, quem não merecia ter um “plus” a mais no seu salário; eles tiveram uma oportunidade de levantar aquilo junto ao Prefeito, ele achava que da forma que estava sendo feito era uma forma democrática, todos tinham o benefício, era um ganho relativamente alto, a cada cinco anos tinha dez por cento de aumento no salário, ele achava que poucos municípios o tinham, o Tribunal de Contas questionava aquilo, ele achava que era pago em duplicidade, ou seja a cada cinco anos, cinco por cento, mas enfim, o nosso Município vinha mantendo aquela doutrina que era cinco por cento e ele esperava manter e aquilo que fosse benefício, realmente, iria contar com a Casa, mas teriam de ter muito cuidado na hora de deixar para pessoas o destino do salário de algumas pessoas ou de todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Airton Brulino Jorge que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que dar benefícios para uns e não dar para outros era uma questão totalmente irregular porque feria o princípio da isonomia, então, em hipótese nenhuma, se aquilo fosse proposto, ele duvidava que seria proposto porque era um absurdo, então, primeiro que ele não acreditava naquilo e segundo que se fosse proposto a Câmara não iria

deixar passar de jeito nenhum, era isonomia, o que era direito de um, era direito de todos, e com relação ao plano odontológico, ele achava que tudo que eles conseguissem era fato, e na discussão eles citaram também o plano de saúde, e o Prefeito falou que todos tinham o Hospital, o pessoal era atendido no hospital, tinha a internação, então, o que era importante que as pessoas soubessem era que era bom ter hospital, era bom ter especialistas, mas se só aquilo fosse suficiente, a maioria das grande empresas de Jaguariúna não teriam um plano de saúde, nosso hospital todos sabiam que tinha consulta com especialista, que tinha internação, mas diante de certas situações, por exemplo, disse que não tinham uma UTI no hospital, e sim uma semi UTI, e se o paciente precisasse de uma internação de urgência, de um exame de urgência, todos sabiam das dificuldades, e ele que estava lá dentro sabia das dificuldades que eram e um plano de saúde viria contemplar aquilo, porque ele sabia que a maior operadora de seguro da Região, que ele não iria citar o nome, mas enfim, a maior porcentagem de segurados daquela seguradora, em toda Região Metropolitana de Campinas, estava em Jaguariúna, e que Jaguariúna era um recorde, todas as empresas, ou senão a grande maioria delas, tinham aquele convênio, então se eles conseguissem era bom, por melhor que fosse o hospital, que o ambulatório de odontologia estivesse funcionando, que ele acreditava que estivesse porque eram profissionais capacitados, mas tudo aquilo que conseguissem em benefício aos trabalhadores ele achava que era válido; em seguida, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, dizendo que só gostaria de tecer um comentário sobre aquele assunto e iria lá, realmente, discordar com a opinião do nobre Vereador doutro Airton, e ele acreditava que era lógico que eles queriam os benefícios para o funcionalismo, e não tinha dúvidas de que um plano de saúde seria interessantíssimo e ele sabia que tinham outras atividades que o Hospital de Jaguariúna, realmente, não contemplava, mas eles tinham de pensar no custo daquilo; comentou que tinham municípios também, que não tinham plano de saúde nenhum e dependiam do Hospital, então, não poderiam distinguir a classe de funcionários públicos da Cidade, com relação a toda população; disse que era merecedor, mas eles tinham de melhorar o Hospital, ele achava que era o caminho mais interessante, para que atendesse a contento, não só os servidores públicos municipais, mas toda a população, então tinham lá dois mil, três mil servidores públicos, que eles não poderiam ser beneficiados com um plano de saúde que iria dar direito a eles de poderem ser atendidos em qualquer local da Rede que o Plano desse aquela condição e um município fosse obrigado a ser atendido no hospital,

ele disse que tinha de discordar com aquilo, e assim como o plano odontológico, o Município tinha de prestar um bom serviço para poder falar que tinham um bom serviço no Município e o funcionário iria cobrar para que o Município tivesse um bom serviço, o munícipe iria cobrar que o hospital tivesse um bom serviço, para que, realmente, toda a comunidade saísse ganhando com aquilo; então, ele achava que era uma discussão polêmica e ele não estava lá sendo contra os benefícios que o servidor público tinha de ter, ele concordava que tinham de ter, mas eles tinham de estender aquilo também ao munícipes que não tinha condição, então eles tinham de apresentar lá um projeto de lei que todo mundo teria um plano de saúde, o Município inteiro, todo mundo que tivesse o Cartão Cidadão teria um plano de saúde, ai fechava-se a Rede e só trabalhariam com o plano de saúde e pagava, para todo mundo; ele disse que só estava levantando a polêmica e dizer que, realmente só gostaria de discordar porque aquele era o momento da discussão, para que depois não entrassem numa polêmica bem maior; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge, dizendo que era sabido que em outras cidades já tinha sido até proposto que toda a população tivesse o plano de saúde, era sabido também que em outras administrações já se tinha feito um estudo de criar um plano de saúde do Município, mas aquilo economicamente ficava inviável; disse que não ia citar nome, mas naquele momento ele precisava citar nome, e a UNIMED era o terceiro maior orçamento da cidade de Campinas, ela só perdia em orçamento para a Prefeitura de Campinas e para a Unicamp, ela era o terceiro maior orçamento da cidade de Campinas, então mesmo que eles quisessem criar um plano deles, não teria, se quisessem levar o Hospital, o atendimento odontológico ao nível do convênio, era economicamente impossível, porque eles iriam estar concorrendo com pessoal que tinha um mundo de dinheiro para empregar única e exclusivamente nos serviços que eles atendiam, e a Prefeitura tinha que empregar o dinheiro em muitas outras coisas, não dava para direcionar só para aquilo, ficava humanamente impossível, e era bom o benefício para o funcionário sim, era bom, bom seria se todos os moradores tivessem, seria bom, mas sessenta por cento da população de Jaguariúna já tinha o convênio e aquilo era um recorde, mas cabia a eles Vereadores continuar a briga pela melhoria do Hospital, da Odontologia, de tudo o mais, nunca iriam atender aquele patamar de excelência, mas tinham de agir em direção àquilo; a seguir, pediu, novamente, palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues, dizendo que tinha uma dúvida e que a UNIMED não estava mais entre eles, no Hospital e muitos médicos que atendiam pela UNIMED foram embora e se eles dessem plano médico para todos os

funcionários, teriam de abrir uma linha de ônibus para Campinas, porque os médicos estavam lá, não estavam aqui, porque os médicos estavam lá e iria ter um trânsito imenso para Campinas o dia inteiro, e disse que tinha uma dúvida, porque ela gostava de números; disse que cada cidadão de Jaguariúna custava seiscentos e cinquenta reais ao ano e com um orçamento de vinte e seis milhões, dividido por quarenta mil habitantes, seriam seiscentos e cinquenta reais, dividido por doze meses dava sessenta reais e um plano corporativo não passava de oitenta reais, praticamente tinham grana para fazer um plano de saúde municipal; então, a questão eram números, se cada cidadão custava para o Município quase sessenta e cinco reais por mês, tinham de ter aquele tratamento, e sua preocupação era aquela e até gostaria que os nobres Vereadores explicassem, que se eles iriam receber a carteirinha da UNIMED e o livrinho da UNIMED e os médicos da UNIMED ficavam em Campinas, estavam no morto, tudo funcionando, iam para Campinas e era aquela dúvida que ela tinha, porque ia aumentar o pedágio, teriam de colocar Kombi, ônibus, tudo, porque tinham muito poucos médicos da UNIMED aqui, então ela achava que se não terceirizasse tudo, porque o Plano de Saúde era uma terceirização, eles iriam ter de assumir que eles não poderiam tratar os dois mil funcionários públicos, eles terceirizariam para a UNIMED ter lucro em cima da Prefeitura, quando o mais simples seria comprar uma UTI, comprar um tomógrafo e se equiparem, então, eram aquelas duas preocupações, o trânsito para Campinas que ficaria grande e o pedágio, e aquilo iria sucatear a aparelhagem do Município; disse que não sabia o senhor Airton como médico, poderia dizer como fariam o transporte de todo mundo para Campinas; em seguida, o Sr. Airton Braulino Jorge pediu novamente a palavra dizendo que em outras épocas, a Prefeitura de Jaguariúna já dispunha de um plano daquele convênio que ele citou que era opcional aos funcionários da Prefeitura, aqueles que quisessem ter um plano eles pagariam um plano mais baixo porque era feito através da Prefeitura, porque eles sabiam que o valor de um plano médico, se houvesse uma empresa com cem funcionários ele tinha um preço, se colocava uma empresa com quase dois mil funcionários, ele reduzia muito, e antigamente existia aquele convênio opcional e o que ele sabia que todos os usuários que tinham, e ele acreditava que na Casa tinham muitos usuários que tinham aquele convênio da UNIMED, todos eles estavam satisfeitos com o atendimento da UNIMED, ela não atendia o hospital, que ele achava que deveria voltar a atender urgente, precisaria atender, mas eles dispunham de consultórios, clínicas de exame por imagem, clínicas de exame laboratorial, e eles tinham uma gama, um número, a UNIMED tinha mais de dois

mil médicos credenciados, não só em Campinas, mas o plano daqui englobava Jaguariúna, Holambra, enfim, todas as cidades da região e aquilo aumentaria a opção das pessoas; ele acreditava que se fizessem uma enquete com as pessoas que dispunham daquele plano, se elas achavam que valia a pena o plano ou não, ele não tinha dúvidas de que aquelas pessoas, citou a situação da emergência e urgência, que o Hospital, embora premiado pelo SUS, se o paciente dele precisasse de uma cirurgia especial, de uma neuro cirurgia, o hospital não dispunha disso, e tantas outras cirurgias que não tinham no Hospital, e não podiam comparar o Hospital de Jaguariúna com um hospital de porte, como a UNICAMP, disse que o Hospital era contratado pelo SUS para resolver casos de média complexidade, só que ele poderia garantir que pelo menos na ortopedia, a cirurgia para colocação de prótese de quadril, prótese de joelho, era coisa que tinha uma época que o Governo Federal só autorizava que fosse feito em hospitais escolas, e Jaguariúna conseguia fazer aquilo, conseguia até ter uma lista e fazendo, então o Hospital atendia além daquilo que ele era contratado pelo SUS para fazer, mas que não tinham cem por cento de um tratamento, não tinha, e uma situação de uma cirurgia de urgência, emergência, um trauma craniano, o Cidadão de Jaguariúna entrava na fila do SUS, entrava na central de vagas e o pessoal ficava negociando para mandar para Campinas, para Paulínia, para a UNICAMP, então aquele risco eles corriam pelo porte do Hospital ser limitado, embora ele insistisse, fazia além daquilo que ele era contratado para fazer, e lembrou que tinham um hospital pequeno, de uma cidade pequena, e não podiam se colocar numa condição de igualdade com a UNIMED que tinha dois mil e seiscentos médicos e praticamente cinquenta hospitais credenciados em toda a região. A seguir, em votação, foi o Projeto de Lei nº 012/2010 do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei nº 1.963/2010, que versa sobre o quadro de servidores da Prefeitura aprovado por unanimidade de votos; a seguir, em Segunda Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 003/2010 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que dispõe sobre substituição do Anexo I, da Lei Complementar nº 97, de 20 de dezembro e 2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso do solo do Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI do R.I. cc Art. 42 LOM) Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2010 do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria e da Corregedoria da Guarda Municipal do Município de Jaguariúna, e dá outras providências.

(Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, II do R.I. cc Art. 42 LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, apresentando Emenda: “suprima-se o inciso III, do art. 14, do Projeto de Lei Complementar nº 004/2010, renumerando-se os demais. (III – não fazer parte do quadro permanente da Guarda Municipal de Jaguariúna.)” Em Discussão e votação a Emenda foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em Discussão e votação o projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que só gostaria de tecer um comentário com relação ao projeto que ele tinha se referido ali, da reurbanização da praça da Matriz, e disse mais uma vez que não comunhava com isso, e que ultimamente a conversa com os servidores da área de Saúde, principalmente, aqueles que dirigiam ambulância, tinham inúmeras ambulâncias paradas, em virtude de manutenção, pessoas que tinham dificuldade de poder pegar a estrada para poder levar um paciente, porque faltavam determinadas peças em determinadas ambulâncias; disse achar que tinham aí uma série de prioridades que deveriam ser revistas por parte da Administração e que só gostaria de dizer com relação a isso, porque um servidor tinha vindo lhe cobrar novamente, dizendo que as ambulâncias estavam em estado precário, com dificuldades, realmente, para poder locomover os doentes, e que muitas delas estavam aí paradas, sem a devida manutenção; algumas que precisavam de manutenção, não foi feita e acabaram por se fundir motor, e aí ia; disse esperar, realmente, que o Poder Público mudasse um pouquinho essa questão aí de querer fazer algo onde já tinha, e voltasse, realmente, os olhos àquelas áreas que, realmente, estavam clamando por manutenção; disse que gostaria de pedir isso, e pedir, também, e aproveitar e dizer aos funcionários que trabalhavam no Estádio do Tancredo Neves, o Centro do Trabalhador, e que tinha ouvido uma denúncia, também, que funcionários estavam entrando com carros lá dentro do Estádio pela rua lateral, pela bocha ali, e que estavam circulando em alta velocidade, podendo ocasionar até um acidente lá dentro, estavam guardando os carros lá dentro, não sabia porquê, pessoas, pela informação que ele tinha tido, sem as devidas competências para estar dirigindo um carro, principalmente, naquele local, e fazendo de modo irregular, e que gostaria de solicitar à Secretaria de Esportes e às

peessoas que, realmente, tinham a competência para verificar isso, que tomassem, que se tivesse que entrar com o carro lá dentro, realmente, que entrasse, mas que entrasse com uma devida precaução para não causar acidentes; disse que sabiam que aquele espaço era muito utilizado por ambulâncias, que às vezes paravam ali para um evento esportivo, mesmo a Guarda Municipal, mas ultimamente estava sendo muito utilizado por funcionários, utilizando-se de carros municipais e guardando lá e fazendo daquele espaço uma velocidade além da normal; pediu um pouco da atenção para que, realmente, um problema maior não ocorresse; disse que era só isso e desejou boa noite a todos. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente, determinou a leitura dos seguintes Editais de convocação de Sessão Extraordinária: Edital de Convocação nº 002/2010 - De Sessão Extraordinária - O Vereador Fábio Augusto Pina, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 6ª (sexta) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: 1. Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 004/2010 do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria e da Corregedoria da Guarda Municipal do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. Em Primeira Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar nº 005/2010, do Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei Complementar nº 159/2010, que institui o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público Municipal, e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 6ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 16 de março de 2010- Vereador Fábio Augusto Pina Presidente - Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral”; “Edital de Convocação Nº 003/2010 - De Sessão Extraordinária - O Vereador Fábio Augusto Pina, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 1ª (Primeira) Sessão Extraordinária, para hoje programada, após o término da 6ª Sessão Ordinária, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da

seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar nº 005/2010, do Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei Complementar nº 159/2010, que institui o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público Municipal, e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 6ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 16 de março de 2010 - Vereador Fábio Augusto Pina- Presidente - Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral” A seguir, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia seis de abril de dois mil e dez, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Fábio Augusto Pina
Presidente

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Vice-Presidente

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Primeiro Secretário

Vereador Rubens das Virgens
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

